

**PLANO DE GOVERNO
MUNICIPAL 2025-2028**

Eleições Municipais 2024

Coligação: JARU PARA TODOS

PL, PP, NOVO

Jaru/RO, 12 de agosto de 2024.

*Consagre ao SENHOR tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos.
(Provérbios 16:3)*

ÍNDICE

1. Apresentação	04
2. Identificação de Jarú	06
3. Objetivos e princípios de atuação do governo	08
4. Visão de longo prazo para a cidade	10
5. Propostas de Governo	11
5.1 Agricultura e Pecuária	11
5.2 Assistência Social	13
5.3 Cultura	15
5.4 Defesa Civil	16
5.5 Desenvolvimento Econômico	17
5.6 Educação	19
5.7 Esporte e Lazer	21
5.8 Gestão e Participação Popular	22
5.9 Infraestrutura	24
5.10 Meio-ambiente	27
5.11 Saúde	29
5.12 Segurança Pública	32
5.13 Transparência e Combate à Corrupção	33
6.0 Considerações Finais	35

1. APRESENTAÇÃO

Este Plano de Governo visa definir metas para os próximos quatro anos de administração municipal, de 2025 a 2028. O objetivo principal é melhorar a qualidade de vida da nossa população em diversos aspectos, como saúde, educação, agricultura, pecuária, infraestrutura, emprego, esporte e lazer, entre outros.

Embora a administração municipal enfrente limitações, especialmente financeiras, acreditamos que, com uma gestão comprometida com os desejos da sociedade, pautada pela ética, capacidade administrativa e respeito ao erário público, podemos alcançar resultados significativos, proporcionando dias melhores e maior confiança no futuro para nossa população.

Reconhecemos as dificuldades enfrentadas por nosso povo e acreditamos que, a partir de 2025, podemos fazer a diferença em nossa cidade com uma administração progressista, voltada para o bem comum de toda a sociedade.

Entendemos a necessidade de um forte apoio político externo para implementar nossos projetos e ideias em benefício da sociedade como um todo. Por isso, já buscamos o suporte de diversas forças políticas em nosso estado, que estão igualmente comprometidas com este projeto coletivo.

Este Plano apresenta as principais propostas do candidato Patrick Faelbi Alves de Assis (Patrick Faelbi) e Dr. Cassio Soares Bicudo (Dr. Cássio Bicudo), da Coligação "**Jaru Para Todos**", composta pelos partidos PL, PP e NOVO, para a administração municipal no período de 2025 a 2028. O conteúdo programático das propostas foi desenvolvido a partir da experiência adquirida ao longo de suas trajetórias de vida como pecuarista, servidor público federal e empresário.

Neste programa de governo, apresentado à sociedade de Jaru com humildade e coragem para ser executado integralmente, queremos criar as condições necessárias para um salto em direção a uma administração baseada em conceitos de humanização, eficiência, eficácia e transparência.

O Plano apresentado reflete o desejo de uma gestão verdadeiramente comprometida com a população de Jaru. Seus principais objetivos são:

- Priorizar o cotidiano das pessoas, aproximando o governo dos cidadãos;
- Assegurar uma gestão profissional, com instrumentos de planejamento e acompanhamento para toda a administração municipal;
- Incluir a participação social como diretriz de governo, implementando diversos mecanismos de diálogo com a população, como o PPA Participativo e a criação ou ativação de Conselhos Municipais em diversas áreas;
- Estabelecer uma maior integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais;
- Valorizar, desenvolver e motivar os talentos humanos da Prefeitura;
- Garantir que os serviços públicos prestados pela Prefeitura tenham o mesmo padrão de qualidade em todas as regiões e distritos da cidade;
- Potencializar a capacidade de investimento da Prefeitura através de parcerias com o setor privado e outras esferas de governo;
- Aproveitar o desenvolvimento tecnológico em prol dos serviços ao cidadão e da eficiência dos processos da administração municipal.

Para resgatar a confiança da população, precisamos promover uma revolução em áreas importantes, especialmente na saúde, educação, infraestrutura, geração de emprego e renda, e inclusão da juventude. É essencial cuidar das atuais e futuras gerações: **os filhos dos filhos de Jarú.**

Com muito trabalho, fé em Deus e o apoio da sociedade, temos a certeza de que teremos um **Jarú para todos!**

2. IDENTIFICAÇÃO DE JARU

O município de Jarú está situado na região central do Estado de Rondônia, com uma área de 2.944,128 km² e uma população estimada pelo IBGE em 2022 de aproximadamente 50.591 habitantes. É a sétima maior cidade do Estado, tendo sido emancipada em 16 de junho de 1981. Cerca de 35% dos habitantes vivem na zona rural, enquanto 65% residem na zona urbana.

A economia local é predominantemente agrícola e pecuária, destacando-se por um dos maiores rebanhos bovinos do Estado, com foco em pequenas propriedades rurais de agricultores familiares. Além disso, Jarú possui aproximadamente 1.200 km de estradas vicinais, fundamentais para o escoamento da produção agrícola e pecuária, bem como para o transporte de alunos da zona rural até as escolas municipais e estaduais.

O município já foi reconhecido como a maior bacia leiteira da região norte, embora atualmente tenha perdido essa posição para os municípios de Machadinho d'Oeste e Porto Velho. Jarú tem um comércio robusto, incluindo indústrias de laticínios, frigoríficos e cerâmicas. No entanto, essas atividades não são suficientes para suprir a demanda por empregos, especialmente para os jovens recém-formados no ensino médio que buscam oportunidades de trabalho.

A cidade conta com polos presenciais de ensino superior na modalidade à distância e um Centro Educacional de Ensino Superior particular, que oferece cursos de graduação presenciais em diversas áreas, além de cursos técnicos.

De acordo com o IBGE, o salário médio dos trabalhadores em Jarú é de dois salários mínimos mensais, com uma população empregada de 12.999 pessoas. Entre esses, mais de 1.750 são funcionários públicos municipais que atuam em diversas frentes para atender os municípios. A população sem renda fixa recebe apoio de programas sociais do Governo Federal, que visam auxiliar os mais necessitados.

O orçamento anual do município é de aproximadamente R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), destinado principalmente ao pagamento de funcionários e à manutenção da máquina pública, restando pouco para investimentos, o que torna a cidade extremamente dependente de recursos externos do Estado e da União.

O desafio para a próxima gestão é aumentar a renda da população por meio da criação de novos postos de trabalho, atraindo empresas e indústrias para gerar emprego e renda. É necessário investir especialmente na agricultura e pecuária, captar recursos externos para realizar obras de infraestrutura na cidade e incentivar a população no projeto de crescimento do setor agropecuário.

Além disso, é fundamental promover melhorias na educação, saúde, esporte e lazer, valorizando os profissionais dessas áreas por meio de melhores condições de trabalho, aquisição de equipamentos modernos e compra efetiva de materiais de trabalho.

3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO DO GOVERNO

As propostas aqui delineadas deverão ser implementadas mediante um plano integrado e intersetorial de ações do poder público e da sociedade civil, abrangendo principalmente as áreas de saúde, educação, agricultura, pecuária, assistência social, cultura, esporte e lazer. Sem o respaldo das massas, torna-se inviável a realização de ações sociais tendo em vista seus objetivos ideais.

Um dos propósitos do governo é assegurar o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos que ela serve, em suas múltiplas dimensões: social, política, cultural, econômica e ambiental. Cabe ao governo garantir a isonomia, a igualdade, a justiça social e a preservação dos recursos comuns para as presentes e futuras gerações. O desenvolvimento sustentável constitui uma condição estratégica para assegurar o direito à cidadania e superar a pobreza, a violência e as desigualdades.

Nossas metas são as seguintes:

- Governar com diálogo amplo e transparência nos atos administrativos;
- Promover a saúde em sua dimensão preventiva e curativa;
- Fortalecer a cultura, o esporte e o lazer de forma integrada;
- Priorizar a saúde e a educação como área de maior relevância a longo prazo;
- Investir amplamente na agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com recursos do Fundo de Terras do Governo Federal, e na recuperação da infraestrutura urbana e rural;
- Planejar a estrutura administrativa para alcançar maior eficácia e valorização dos servidores públicos concursados;
- Estabelecer metas de curto e longo prazo, reavaliando-as periodicamente.

A participação cidadã é essencial em nossa concepção de administração municipal. Para tanto, é necessário capacitar os diversos atores da sociedade civil e do Poder Público para exercer o controle social da gestão dos serviços implementados. O combate à corrupção na gestão pública deve ser uma preocupação constante, permitindo à sociedade uma ampla fiscalização através do Portal da Transparência e conferindo espaço aos conselhos para exercerem suas funções livremente.

Nosso compromisso é com uma administração transparente, eficiente e democrática, capaz de incorporar efetivamente a participação dos cidadãos, permitindo maior controle social sobre a prestação do serviço público e as ações realizadas.

A região é extremamente propícia à produção agrícola e pecuária. O leite, o café, o cacau, a pecuária de corte e outras culturas têm sido testadas e aprovadas em nossa região há anos, sem incentivo significativo por parte do Governo Municipal, seja financeiro ou técnico. É imperativo que a Administração Municipal estimule o progresso das produções rurais por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), de modo que todo o potencial comercial do município seja plenamente aproveitado. Como consequência, esses estímulos resultarão na geração de emprego e renda na zona rural.

De modo geral, as ações a serem implementadas devem ser continuamente avaliadas e, se necessário, reformuladas. O desenvolvimento almejado para Jarú não será construído por uma única administração. Trata-se de um esforço conjunto de várias gestões. Todavia, acreditamos que podemos avançar significativamente em todos os aspectos durante a gestão 2025-2028.

4. VISÃO DE LONGO PRAZO PARA O MUNICÍPIO

Uma gestão municipal não deve restringir suas metas apenas ao próximo pleito eleitoral. A vida do município exige continuidade. As administrações precisam pensar além de seu mandato. É necessário superar o imediatismo e planejar políticas de longo prazo. Nesse sentido, almejamos que, dentro de 10 anos, Jarú apresente:

- a) Desenvolvimento econômico urbano com a criação de um setor industrial robusto, atraindo empresas e indústrias de diversos portes para se estabelecerem na cidade, gerando emprego e renda para a população.
- b) Progresso econômico rural, com uma agricultura diversificada e vigorosa, por meio de indústrias, cooperativas e associações, promovendo uma distribuição de renda mais equitativa.
- c) Educação de alta qualidade, com índices de alfabetização completos, valorização e humanização dos profissionais da educação e infraestrutura de ensino adequada.
- d) Saúde eficiente, com médicos especializados em diversas áreas, garantindo atendimento imediato à população e reduzindo a necessidade de encaminhamentos para hospitais regionais fora do município. Pretendemos que nossa saúde seja a melhor da região.
- e) Cultura, arte, esporte e lazer. Que a cidade seja dinâmica, oferecendo espaços e oportunidades para a prática de esportes, atividades artísticas e momentos de lazer.
- f) Infraestrutura adequada. As estradas rurais e a infraestrutura urbana precisam alcançar um nível de excelência, incluindo a pavimentação completa das ruas urbanas e a manutenção contínua das estradas vicinais, garantindo sua trafegabilidade durante todo o ano.

Esses objetivos dependem de planos que transcendam as gestões individuais e assegurem a continuidade dos trabalhos.

5. PROPOSTAS DE GOVERNO (2025 – 2028)

5.1 - AGRICULTURA E PECUÁRIA

A economia do município de Jaru é fundamentalmente agrária. Contudo, essa vocação, apesar de histórica, não tem recebido a devida valorização. Torna-se imperativo adotar uma perspectiva empreendedora em relação ao campo, visando maximizar suas potencialidades econômicas por meio de parcerias, consultorias e desenvolvimento, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com recursos do Fundo de Terras do Governo Federal, o que implica no desenvolvimento econômico do município.

Portanto, é crucial fortalecer as associações rurais mediante parcerias que promovam o aumento e a qualidade da produção rural, assegurando a melhoria das condições de vida e a permanência do trabalhador no campo. Para tanto, são necessárias as seguintes ações:

- a) Implementação e ampliação do Programa Caminho Rural, instituído pela Lei nº 2949, de 28 de junho de 2021, para garantir a utilização das máquinas da prefeitura na manutenção das estradas internas das propriedades rurais;
- b) Implementação e ampliação do Programa Campo Produtivo, instituído pela Lei nº 3401 de 19 de dezembro de 2022 sob o decreto nº 15.059 de 10 de abril de 2023, assegurando a utilização das máquinas da prefeitura para a produção de silagem, gradeamento, manutenção das estradas internas das propriedades rurais e apoio à plantação dos agricultores;
- c) Promoção de reuniões com as associações rurais, em parceria com SEMEAGRO (Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente), EMATER, CEPLAC e EMBRAPA, visando discutir o plano que orientará a agricultura familiar no município. É essencial um planejamento em curto, médio e longo prazo com metas claras para fortalecer o agronegócio;
- d) Estimulação da agricultura familiar por meio do PNCF, oferecendo total apoio ao comércio de produtos da agricultura familiar no Feirão do Produtor Rural, todos os dias da semana, e nas feiras municipais, melhorando a infraestrutura e valorizando os produtos locais;
- e) Fortalecimento da aquisição de produtos locais para a merenda escolar, conforme determina a legislação vigente;

- f) Incentivo à agricultura sustentável – Promover medidas educativas que estimulem uma produção sustentável, evitando danos irreparáveis ao meio ambiente;
- g) Fomento ao melhoramento genético do gado – Facilitar o acesso a sêmen bovino de qualidade para os produtores, visando o aprimoramento genético do rebanho, com aumento na produção de leite e melhoria na pecuária de corte;
- h) Impulsioneamento de projetos de apoio – Por meio de instituições como EMATER, CEPLAC e EMBRAPA, oferecer acesso a projetos que melhorem a produtividade, iniciando a transformação econômica do município;
- i) Incentivo à produção de leite e outros insumos – Promover investimentos nos produtos lácteos e insumos agropecuários;
- j) Iniciar um amplo projeto de incentivo e distribuição de mudas de café de alta qualidade - Oferecendo gratuitamente a preparação do solo através de máquinas agrícolas, bem como a doação das mudas, produzidas no viveiro municipal e adquiridas mediante processo licitatório e parcerias com o Estado, visando fomentar a economia local;
- k) Iniciar um amplo projeto de incentivo e distribuição de mudas de cacau de alta qualidade - Resistentes a doenças como a vassoura-de-bruxa, aos produtores rurais, com preparação gratuita do solo e doação das mudas, em parceria com o Estado, para fomentar a economia local;
- l) Assistência ao produtor rural - Profissionais do campo, como agrônomos, zootecnistas, técnicos agrícolas e veterinários – profissionais essenciais para atingir nossos objetivos na área;
- m) Apoio a projetos de recuperação de pastagens degradadas e a implantação de capineiras, ampliando a oferta de alimentos para o rebanho leiteiro;
- n) Criação do programa de instalação e implantação de manilhas nas entradas de propriedades rurais.

"Esses programas representam o maior investimento na agricultura de Jarú dos próximos quatro anos e estarão disponíveis para todas as propriedades rurais do município conforme parâmetros estabelecidos em Lei."

5.2 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

- a) Fortalecimento das Ações do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social: Manter os programas ativos e eficientes, consolidando todas as iniciativas de assistência social.
- b) Direitos humanos – Assumir um compromisso com uma agenda de direitos humanos que assegure os direitos fundamentais das famílias em situação de vulnerabilidade social.
- c) Regularização de documentos pessoais – Realizar parcerias com o governo estadual para implantação do Tudo Aqui, a fim de oferecer diversos tipos de atendimentos, prezando pela comodidade do cidadão, evitando assim, o deslocamento até Porto Velho ou Ji-Paraná, para resolver questões de documentação pessoal e outros serviços que podem ser oferecidos no local;
- d) Violência contra a Mulher - Implementação das Leis municipais aprovadas;
 - Criação de escuta especializada com profissionais como psicólogos e assistentes sociais;
 - Criação do Plano Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher através de parceria entre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMDIM e demais órgãos do Estado e da União;
 - Implementar a conscientização nas escolas em parceria com o Conselho Tutelar;
 - Analisar a Criação do Auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica com medida protetiva vigente e que esteja em situação de vulnerabilidade;
- e) Melhor idade – Fortalecer e expandir as iniciativas de proteção aos idosos, promovendo a integração social, lazer e saúde.
 - Criação do Programa Feliz Idade, programa para viabilizar momentos de descontração através de atividades variadas, tanto físicas, recreativas e de socialização, fazendo com que seja recuperada a autoestima dos idosos, além de promover o convívio feliz e promoção do bem estar dos mesmos. Este é um projeto abrangente, que inclui todas as pessoas idosas em diversos aspectos do seu bem-estar.

- f) Pessoas com deficiência - Ampliar e intensificar as ações de proteção aos surdos, pessoas com deficiência e cadeirantes, oferecendo suporte em suas atividades, garantindo condições adequadas de trafegabilidade, acessibilidade nas vias públicas e condições adequadas para melhor atendimento nos órgãos públicos.
- g) Apoio às Associações – Apoiar as entidades que cuidam de dependentes químicos e fortalecer a parceria com a Polícia Militar no programa PROERD, que realiza campanhas antidrogas nas escolas.
- h) Criação e implementação do Projeto Guarda Mirim – Implementar um programa em parceria com a Polícia Militar para promover a educação para a cidadania e preparar os adolescentes para o mercado de trabalho, ressaltando a importância da Guarda Mirim nesse contexto.
- i) Programa Voluntarie-se – Incentivar o voluntariado, incluindo jovens, acadêmicos e aposentados que desejam contribuir para a melhoria da comunidade.
- j) Brincar é um Direito da Criança – Desenvolver ações que resgatem as brincadeiras tradicionais como complemento das atividades escolares. As brinquedotecas facilitam o acesso das crianças ao direito de brincar e se desenvolver, com investimentos modestos.
- k) Comunidades Religiosas: Aproveitar melhor a atuação social das comunidades religiosas, articulando-as com a estrutura de atendimento social da administração. Estabelecer e manter canais de diálogo permanente com diversas comunidades religiosas. Criar e manter uma pauta de ações e serviços nos quais essas comunidades possam contribuir para o bem-estar coletivo, em parceria com a administração municipal.

5.3 - CULTURA

- a) Retomar e concluir a construção do teatro municipal, transformando-o em um espaço multicultural, oferecendo aulas de música, dança e teatro.
- b) Promover uma reforma abrangente na pista de skate da Praça da Baixada, revitalizando a área e inibindo o uso de drogas através de monitoramento, convertendo o local em um espaço familiar de lazer significativo para nossa cidade.
- c) Instituir grupos artísticos permanentes, como teatro e dança, além de firmar parcerias para a apresentação de peças teatrais e shows de nível nacional no nosso teatro.
- d) Reformar a quadra de esportes da Praça da Baixada, garantindo um espaço seguro e funcional para a prática de atividades esportivas.
- e) Publicar um calendário anual de eventos locais para estimular a participação em atividades artísticas e culturais, além de preservar as festas tradicionais como Expojaru, Barco Cross, Esquadrão do Barro, entre outras.
- f) Promover eventos que valorizem as expressões artísticas locais, incluindo shows, concursos, noites culturais e festivais de artes.

5.4 - DEFESA CIVIL

- a) Criação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, capacitando a prefeitura para responder com rapidez a situações de emergência e reduzir as consequências de calamidades públicas. A participação popular é essencial nas ações do órgão, especialmente de voluntários dispostos a colaborar.
- b) Elaborar um Plano de Ação para Prevenção e Combate às Queimadas – Anualmente, diversos focos de incêndio atingem nossas áreas rurais e urbanas, especialmente durante o período de seca. Implementar um plano abrangente que envolva produtores rurais, pequenos agricultores, comunidade escolar, agentes ambientais e de saúde, além da sociedade em geral, para prevenir e combater queimadas de maneira eficaz.
- c) Realizar estudo de pessoas vivendo em áreas de situação de risco, a fim de realizar políticas públicas visando a minimização dos impactos;

5.5 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Uma das áreas que mais necessitam de intervenção no município, e que, portanto, deve ser priorizada e amplamente discutida, é o desenvolvimento econômico. Esta área é de suma importância para a cidade, pois influencia todas as outras áreas:

- a) Criação do setor industrial para atrair empresas - Estabelecer um setor industrial para atrair empresas, impulsionando a geração de emprego e renda para a população de Jarú;
- b) Doação de áreas para implantação de empresas e indústrias - Oferecer terrenos para a implantação de empresas e indústrias, visando fomentar a economia local;
- c) Garantir a redução e/ou isenção fiscal - Implementar políticas de redução e/ou isenção fiscal, com a condição de que, no mínimo, 90% dos profissionais contratados sejam residentes de Jarú;
- d) Garantir isenções fiscais a todos os profissionais da área da saúde - Conceder isenções fiscais a todos os profissionais de saúde que residirem em Jarú e desejarem abrir consultórios, clínicas, laboratórios ou hospitais;
- e) Diagnóstico econômico da cidade – Realizar um diagnóstico econômico da cidade através da contratação de consultoria especializada. Com base nos dados coletados, promover reuniões com empresários e empreendedores do município, via Associação Comercial, para a implementação de projetos de desenvolvimento;
- f) Associação Comercial – A união dos comerciantes, seja como associação ou em grupos, é vital para o crescimento econômico de Jarú. É necessário discutir o perfil do consumidor e estratégias para impulsionar as vendas, implementando políticas que valorizem o comércio local e reduzam a migração de consumidores para outras cidades. A prefeitura deve atuar como facilitadora do desenvolvimento comercial;
- g) Priorizar a implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Priorizar a implantação deste programa em áreas próximas aos distritos de Tarilândia, Jarú Uaru, Santa Cruz e Bom Jesus, fortalecendo o comércio local;
- h) Prática do Cooperativismo – Promover o desenvolvimento da prática do cooperativismo nas diversas áreas da agropecuária;

- i) Apoio à diversificação de culturas – Incentivar o cultivo de leguminosas e frutas, proporcionando máquinas, transporte, infraestrutura de estradas, facilidade de escoamento e aquisição de equipamentos agrícolas.
- j) Apoio à Pequena Criação Doméstica e Hortas Familiares: Incentivar a criação de pequenos animais e hortas domésticas para que os produtores da agricultura familiar possam obter uma alimentação mais saudável e incrementar sua renda.
- k) Ampliação da Lei do IPTU Verde: Expandir a Lei do IPTU Verde para incluir a implementação de calçadas ecológicas padronizadas, garantir acessibilidade, instalar lixeiras para coleta seletiva de resíduos, promover a arborização e melhorar a drenagem urbana. A redução do IPTU poderá chegar a até 50%, conforme previsto na legislação;

5.6 - EDUCAÇÃO

A educação constitui uma das áreas de maior relevância na administração municipal e desempenha um papel crucial na redefinição de nossas metas e conquistas.

- a) Implementação das Metas do Plano Municipal de Educação - Adotar as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação, com foco na realização das diretrizes não implementadas anteriormente.
- b) Valorização dos Profissionais da Educação - Restabelecer os direitos adquiridos dos profissionais da educação, conforme sentença judicial transitada em julgado. Promover a humanização no atendimento a professores e demais colaboradores da educação básica.
- c) Creche Municipal - Concluir a construção da Creche Municipal Tânia Barreto e proceder com a reforma e ampliação das demais creches municipais. Além disso, construir uma nova creche municipal em Tarilândia.
- d) Fortalecimento da Educação Básica - Desenvolver programas e ações que assegurem a alfabetização completa de todos os alunos até o 3º ano do ensino fundamental. Preparar as turmas seguintes para as avaliações externas, visando o aumento dos índices SAERO e IDEB do município.
- e) Programa de Combate à Evasão Escolar - Implementar estratégias para reduzir a evasão escolar, acompanhando casos individuais e investigando as causas junto às famílias dos alunos.
- f) Programação de Intervenção Pedagógica - Criar equipes de apoio em cada escola para monitorar semanalmente o progresso dos alunos em fase de alfabetização, garantindo que sejam atingidas as habilidades esperadas para a faixa etária.
- g) Programa de Incentivo à Leitura - Ativar e expandir as salas de leitura, enriquecer o acervo, promover grêmios literários e projetos que estimulem a leitura nas escolas. Organizar o concurso "Soletrando" com a participação de pais e comunidade escolar.
- h) Programa de Atenção à Saúde da Juventude (ASJ) - Realizar atividades informativas e preventivas em parceria com as secretarias de saúde, educação e assistência social, abordando temas como DSTs, gravidez na

adolescência, combate à drogadição (PROPERD), violência juvenil, bullying e diversidade.

- i) Valorização dos Profissionais da Educação - Comprometer-se com a implementação do reajuste salarial dos professores, garantindo o pagamento do piso salarial e apoio à saúde e segurança dos profissionais em sala de aula. Assegurar a formação continuada dos educadores.
- j) Pagamento do Quinquênios e Gratificação - Garantir o pagamento do quinquênio a todos os funcionários da administração, conforme sentença judicial.
- k) Implantação do Programa de Informática nas Escolas - Disponibilizar computadores em todas as escolas municipais para promover o acesso à tecnologia.
- l) Cursos Técnicos Gratuitos - Facilitar o acesso a cursos técnicos variados por meio de parcerias, abrangendo áreas como manicure, mecânico e tratorista, entre outros.
- m) Estágios com Graduandos - Promover a inserção de graduandos em diversas áreas da administração municipal, como saúde, educação e obras.
- n) Qualificação do Pessoal de Apoio - Oferecer cursos de capacitação para merendeiras, com foco nas necessidades nutricionais escolares.
- o) Fortalecimento do Programa de Merenda Escolar - Priorizar a merenda escolar para garantir uma alimentação adequada e nutritiva para as crianças. Buscar meios para assegurar o acesso universal à merenda de qualidade em todas as escolas, sem restrições.

5.7 - ESPORTE E LAZER

- a) Incentivo ao Esporte Tradicional e Novas Modalidades - O município possui uma rica tradição em diversos esportes, que se perdeu nos últimos anos devido à falta de estímulo. Para reverter essa situação, serão implementadas as seguintes ações: realização do Campeonato Ruralzão e investimento no desenvolvimento de esportes como atletismo, voleibol, handebol, ciclismo e basquete.
- b) Motocross - Incentivar e promover a retomada anual do campeonato de motocross, a fim de sediar campeonatos nacionais e internacionais.
- c) Promoção de Esportes nas Escolas - Incentivar a prática de esportes nas instituições educacionais, proporcionando atividades e competições que integrem os alunos e fomentem o espírito esportivo desde a infância.
- d) Associações desportivas – Estruturar e oferecer suporte a uma rede de associações esportivas tanto na área rural quanto na urbana. Esta estruturação visa a formalização das práticas esportivas, a preparação para competições anuais e a assistência aos Jogos Escolares Municipais.
- e) Calendário desportivo – Organizar um calendário desportivo anual, em colaboração com associações e equipes locais, para coordenar as atividades esportivas e promover eventos que atraiam comércio e turismo para o município.
- f) Olimpíadas Municipais – Estabelecer um evento esportivo municipal abrangente, que inclua torneios de todas as categorias esportivas praticadas na cidade, a ser realizado em uma data única anualmente.
- g) Incentivar e fortalecer o esporte feminino - Implementar políticas e ações que incentivem e fortaleçam a participação feminina em todas as modalidades esportivas.

5.8 - GESTÃO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

- a) Visão para Jarú em 10 Anos - Estabelecer um planejamento estratégico de médio e longo prazo, envolvendo a participação ativa da sociedade. Este planejamento deve incluir metas específicas para todas as áreas, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento abrangente e sustentável.
- b) Projeto Jarú Para Todos - Promover o suporte e a participação cidadã em audiências públicas regulares para discussão de temas relevantes. Essas audiências serão realizadas não apenas na sede, mas também nos Distritos de Tarilandia, Jarú Uaru, Santa Cruz e Bom Jesus, com o intuito de identificar e atender às necessidades locais. As políticas públicas devem ser formuladas com base em planejamento participativo.
- c) Ouvidoria Municipal – Fortalecer o canal de comunicação entre a população e o governo, garantindo que sugestões, reclamações e solicitações sejam atendidas de forma eficaz e eficiente.
- d) Assessoria de Comunicação – Estabelecer um órgão responsável pela divulgação das ações, projetos e finanças da administração. Utilizar diversos meios de comunicação, como internet, rádio e jornais, para garantir que a população esteja informada e engajada nas decisões administrativas.
- e) Estrutura administrativa mais participativa – Implementar uma estrutura administrativa que permita maior representatividade dos funcionários públicos.
 - Realizar reuniões regulares com as equipes para promover a harmonia e a eficiência no serviço. Assegurar a participação concreta dos servidores na discussão, implantação e avaliação das ações.
 - Investir na formação contínua dos funcionários, com o objetivo de aprimorar a qualidade do serviço prestado
 - Realizar reuniões sobre ética profissional e garantir que os padrões éticos sejam seguidos e valorizados.
 - Reconhecer e promover os profissionais qualificados de acordo com seu histórico e formação, independentemente de filiação política. A valorização desses profissionais contribuirá para um ambiente de trabalho mais eficiente e estimulante.

- Consultoria – manter e expandir os serviços de consultoria nas diversas áreas, com o objetivo de capacitar funcionários locais e reconhecer os talentos existentes.
- Gestão do Patrimônio Municipal – Realizar um inventário detalhado dos bens públicos permanentes, identificando e localizando todos os ativos. Monitorar a condição dos bens e garantir a manutenção adequada. Implementar um controle eficaz dos bens de consumo.
- Política de Empreguismo – Reduzir a dependência da prefeitura através do enxugamento da máquina pública e do investimento em áreas de interesse social. Promover um ambiente que estimule o desenvolvimento econômico e a mudança cultural, afastando práticas de empreguismo.
- Estrutura administrativa - Avaliar e aprimorar a estrutura administrativa existente, criando uma organização simplificada e eficiente. Buscar melhores resultados com menos mão de obra.
- Auditoria - Iniciar uma auditoria no primeiro mês de 2025 para revisar todas as ações das secretarias e departamentos, garantindo a transparência e a eficiência dos processos.
- Revisão da Lei Orgânica - Realizar uma revisão e atualização da Lei Orgânica do município, assegurando que o texto esteja em conformidade com as necessidades e desafios atuais.

5.9 - INFRAESTRUTURA

- a) Regularização Fundiária: Implementar um conjunto de medidas jurídicas, físicas, ambientais e sociais visando a legalização de terrenos irregulares. O objetivo é regularizar o máximo possível de imóveis no município e todos os distritos, garantindo a conformidade legal e a segurança jurídica para os proprietários.
- b) Plano Jarú Iluminada – Modernizar e revitalizar a iluminação pública para melhorar a qualidade de vida e a segurança. Substituir as lâmpadas antigas por modelos mais eficientes e econômicos, como lâmpadas LED. Esta modernização abrangerá não apenas o centro da cidade, mas também os setores periféricos, que apresentam maiores índices de furto e roubo. As lâmpadas LED serão instaladas na cidade e nos Distritos de Tarilândia, Jarú Uaru, Santa Cruz e Bom Jesus. As lâmpadas removidas serão reutilizadas conforme a necessidade, e as lâmpadas de mercúrio e de vapor de sódio serão descartadas de maneira adequada.
- c) Gestão de Trânsito e Transportes - Desenvolver e implementar ações para melhorar o trânsito urbano, com foco na prevenção de acidentes e na eficiência do fluxo de veículos. Organizar o estacionamento para carros e motos e criar novas vagas em locais estratégicos. Instalar semáforos nas principais avenidas com intenso tráfego de veículos e pedestres. Colaborar com a Polícia Militar para discutir e implementar medidas para reduzir os problemas de trânsito.
 - Programa de Lombadas: Criar e sinalizar novas lombadas, especialmente em áreas com grande movimento de pedestres. Regularizar e manter todas as lombadas existentes no município, garantindo a adequada sinalização horizontal e vertical.
 - Programa de Pavimentação - Completar a pavimentação das vias urbanas e pavimentar 100% dos distritos de Tarilândia, Santa Cruz da Serra, Bom Jesus e Jarú Uaru. Manter e reparar as ruas já pavimentadas para garantir a durabilidade e segurança.
 - Frota Municipal: Recuperar e manter a frota municipal existente e adquirir novas máquinas e equipamentos em colaboração com os Governos Federal e Estadual. O objetivo é assegurar a manutenção periódica das estradas

vicinais e das ruas urbanas. Implementar um plano de manutenção preventiva dos veículos e gerenciar eficientemente os procedimentos de abastecimento e manutenção.

- Orientação aos condutores dos veículos sobre os procedimentos para conservação e uso adequado dos veículos. Responsabilizar os motoristas sobre o cuidado com os veículos.
- Gestão de Abastecimento e Manutenção - Assegurar que o abastecimento e a manutenção dos veículos e máquinas sejam realizados de forma eletrônica, utilizando cartões para garantir transparência, melhor qualidade e controle de preços de peças e combustíveis.
- Plano de Recuperação e Manutenção de Estradas Rurais - Implementar um plano abrangente para a conservação das estradas rurais, com ênfase no cascalhamento de pontos críticos para facilitar o acesso, escoamento de produtos e desenvolvimento local. A manutenção deve abranger tanto as estradas mais afetadas pelas chuvas quanto as vias principais. Estabelecer parcerias com o Governo e os produtores rurais para a conservação dos pequenos acessos.
- Controle de Manutenção e Reforma das Pontes: Realizar um inventário das pontes nas estradas vicinais e na zona urbana, substituindo pontes de madeira por bueiros de aço para maior durabilidade. Para pontes maiores, considerar a construção de pontes de bate estaca ou de concreto, em colaboração com o Governo Estadual e Federal.
- Plano de Limpeza Urbana - Reativar o programa "Cidade Limpa" para abordar problemas relacionados à limpeza urbana e coleta de resíduos. As ações incluirão varrição, pintura de meio fio, capina, roçagem, poda de árvores, desentupimento de valas e dragagem de brejos. Envolver a comunidade e o município em esforços conjuntos para garantir a eficiência.

e) Plano de Recuperação e Modernização de Praças e Jardins:

- Revitalizar e modernizar a Praça da Baixada.
- Revitalizar e modernizar a Praça do Jardim Primavera.
- Construir uma nova praça no Setor 07.
- Construir uma nova praça no Setor 08.
- Implantar um programa abrangente de plantio de mudas de árvores, incluindo ipês amarelo, roxo e branco, para embelezar a cidade e os Distritos de Tarilandia, Jarú Uaru, Santa Cruz da Serra e Bom Jesus.

- f) Pórtico Arquitetônico - Buscar recursos para a construção de portais de entrada e saída da cidade em dois pontos da BR-364.

- g) Aperfeiçoamento da Legislação Urbanística - Aplicar a legislação vigente e criar novas normas para questões não contempladas. Incentivar parcerias entre munícipes e a prefeitura para jardinagem em frente às residências, oferecendo projeto, mudas e grama gratuitas em troca de desconto no IPTU.

5.10 - MEIO AMBIENTE

- a) Código de Postura - Conjunto de normas que regula o uso do espaço urbano pelos cidadãos, promovendo uma melhora significativa na qualidade de vida da população. Inclui, por exemplo, o plantio de árvores, a manutenção de terrenos baldios e calçadas, o descarte de entulhos e o cuidado com animais abandonados. É essencial que essas normas sejam aprimoradas para atender adequadamente às demandas atuais do município. Deve-se promover a conscientização da população, para que a maioria compreenda a importância desse código e as regras que lhes são aplicáveis.
- b) Criar e fortalecer o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Através desse conselho, a comunidade poderá participar efetivamente na preservação e conservação do meio ambiente, promovendo a melhoria da qualidade de vida no município.
- c) Controle de cães e gatos - Inicialmente, por meio de castração regular de machos, através de convênios com faculdades ou projetos sociais relacionados; incentivo à adoção de animais em geral, especialmente filhote e animais em situação de rua;
- d) Programa Municipal de Educação Ambiental - Tem como objetivo estabelecer um processo de educação ambiental participativa. Propõe ampliar a conscientização da população para a participação em intervenções ambientais, destacando a importância da valorização, preservação e recuperação da qualidade do meio ambiente, da paisagem e dos recursos naturais e arquitetônicos da cidade;
 - Inclui a realização de ações e projetos educacionais nas escolas;
 - Incentivo à educação ambiental junto à comunidade;
 - Calendário Ambiental – Celebrações como o Dia Mundial da Água, o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Dia da Árvore, entre outras, para promover a conscientização ambiental;
- e) Lixo Urbano – Buscar viabilidade econômica para reciclagem do lixo urbano, incluindo a transformação do lixo orgânico em adubo;
 - Estabelecer parcerias com catadores de materiais recicláveis;
 - Investir em melhorias nos locais onde os catadores realizam seus trabalhos;

- Promover capacitação para aprimorar o manejo de lixo eletrônico e identificar produtos com maior valor agregado;
- f) Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Desenvolver ações de educação ambiental para conscientizar a sociedade sobre a não geração, redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos, além de colaborar para a coleta seletiva de lixo, facilitando a reciclagem e beneficiando catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, especialmente aqueles de baixa renda;
- g) Programa de Coleta Seletiva – Implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos, com separação dos resíduos secos para reciclagem, dos resíduos orgânicos para geração de adubo orgânico e dos rejeitos para descarte em aterro sanitário.
- h) Lixeiras - Instalação de lixeiras coletivas, com tampas, nas ruas da cidade e dos distritos de Tarilândia, Bom Jesus, Santa Cruz e Jarú Uaru;
- i) Educação Ambiental – Fomentar a preservação das matas ciliares nos cursos d'água do município, em especial no Rio Mororó, com o objetivo de proteger nascentes e evitar o assoreamento dos rios.
- j) Fornecimento de mudas – Realizado pelo poder público e através do Viveiro Municipal para a formação de matas ciliares e proteção de nascentes;
- k) Fazer convênio entre o Município e a SEDAN - Estabelecer convênio para agilizar os procedimentos de licenciamento ambiental no município de Jarú.

5.11 SAÚDE

- a) Construção da Casa do Autista em Jaru - Desenvolvimento de uma infraestrutura completa que oferecerá atendimento especializado e qualidade de vida para autistas e suas mães/pais atípicos.
- b) Ampliar os atendimentos de médicos regulares nos distritos.
- c) Implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU;
- d) Radiografia digital – Aquisição de um aparelho moderno para diagnósticos precisos de fraturas, com o objetivo de melhorar o atendimento. O projeto deve ser financiado por recursos federais ou estaduais.
- e) Ultrassonografia – Compra de um aparelho de última geração para proporcionar diagnósticos mais precisos, especialmente em casos de doenças e atendimento a gestantes.
- f) Retomar a funcionar o aparelho de endoscopia digestiva - Reativar o equipamento dentro do Hospital Municipal, evitando que dezenas de pacientes precisem se deslocar até Porto Velho para realizar este exame.
- g) Viabilizar compra de medicamentos e insumos para o Hospital Municipal - Garantir a compra regular de medicamentos e insumos, com controle rigoroso para evitar a falta de suprimentos para os pacientes internados.
- h) Fazer manutenção periódica de equipamentos e infraestrutura da Unidade Hospitalar - Realizar manutenção contínua dos equipamentos e da infraestrutura hospitalar para assegurar o bem-estar de pacientes e funcionários.
- i) Aquisição de equipamentos para exames e diagnósticos mais precisos - Viabilizar a compra de equipamentos necessários para a realização de exames e diagnósticos de maior precisão dentro da unidade hospitalar.
- j) Educação permanente para os funcionários da saúde – Promover capacitação contínua para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde e agentes de controle de endemias, motoristas, com ênfase em situações de urgência e emergência. Sem essa capacitação, não é possível oferecer suporte adequado aos usuários do SUS.
- k) Valorização dos profissionais de saúde – Com ênfase especial nos agentes comunitários de saúde, auxiliares e técnicos de enfermagem que atuam em plantões no Hospital Sandoval de Araújo Dantas.

- l) Manutenção do atendimento de saúde bucal nos postos de saúde – Garantir a continuidade do atendimento odontológico permanente nos postos de saúde, com a disponibilização de material e infraestrutura adequados para procedimentos como restaurações, tratamento de canal, aplicação de flúor, além de oferecer toda a estrutura necessária para o atendimento odontológico à população.
- m) Manter e aprimorar grupos comunitários – A interação próxima entre os agentes de saúde e a comunidade em geral, especialmente com grupos de risco, é de extrema importância. É necessário manter e fortalecer grupos de discussão e orientação para garantir uma atuação eficaz junto à população. Esses grupos incluem gestantes, programas de cessação do tabagismo, discussões sobre saúde em geral (como uso de insulina, prevenção de verminoses, controle da hipertensão), abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais.
- n) Veículos de uso exclusivo para cada equipe de saúde - Assegurar que cada equipe de saúde tenha veículos dedicados exclusivamente para suas atividades.
- o) Aquisição de ônibus, porte grande, para transportar pacientes que realizam tratamento fora do município, principalmente na capital Porto Velho.
- p) Programa de Apoio aos Dependentes Químicos – O consumo e abuso de drogas lícitas e ilícitas aumentou significativamente na cidade nos últimos anos, sem a implementação de ações eficazes para seu controle. Substâncias como álcool, tabaco, maconha, cocaína e até crack têm afetado de forma drástica nossas famílias, causando prejuízos econômicos, físicos e mentais, e destruindo vidas e lares. O tabagismo, como grande causador de várias doenças, especialmente o câncer de pulmão, deve ser combatido. Também é preocupante a situação dos alcoólatras crônicos, muitas vezes marginalizados pela sociedade, que, apesar de terem famílias, são consumidos pelo vício destrutivo.
- q) Controle de liberação de exames e acesso a especialidades pelo SUS – É fundamental realizar um acompanhamento rigoroso dos exames e consultas com especialistas realizados pelos usuários do SUS, para garantir a utilização adequada dos recursos públicos. Devem ser estabelecidos critérios claros para a liberação de exames, sejam laboratoriais ou de imagem, visando a otimização do uso das verbas destinadas à saúde.
- r) Fornecimento regular de materiais de consumo e medicamentos nas redes de saúde – É essencial garantir a regularidade na aquisição de materiais necessários para as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) e Centros de

Saúde. A interrupção no fornecimento desses materiais pode comprometer a execução do trabalho e a qualidade do atendimento prestado à população.

- s) Protocolos de saúde – Visa sistematizar as ações de tratamento, encaminhamento e realização de exames nos atendimentos aos pacientes, proporcionando maior segurança e eficiência. Inclui a adoção de protocolos fornecidos pelo Ministério da Saúde, bem como protocolos específicos de urgência e emergência, triagem, e outros adaptados às necessidades locais.
- t) Atendimento domiciliar de pacientes – Pacientes em situação de risco (acamados, pós-operados, com neoplasias, doenças incapacitantes, etc.) devem receber atendimento domiciliar por parte das equipes de saúde, conforme a demanda. Esta ação é particularmente relevante nas áreas rurais, onde as grandes distâncias e dificuldades de acesso tornam o atendimento domiciliar uma necessidade. Devem ser realizadas, conforme indicado, fisioterapia e avaliação fonoaudiológica em domicílio.
- u) Cuidado continuado – Implementação de uma lista de pacientes com demandas preferenciais para intervenções direcionadas, incluindo acamados, pacientes com neoplasias, doenças incapacitantes, doenças crônicas (como diabetes tipo 2 e hipertensão arterial), saúde mental, e usuários de drogas lícitas (cigarro, álcool, medicações controladas) e ilícitas. Disponibilização de veículos para transporte desses pacientes quando necessário.
- v) Projeto Pré-natal Humanizado – Aperfeiçoar o atendimento integral às gestantes, com foco especial em mães de primeira viagem e adolescentes, através de uma avaliação sistematizada por nutricionista, psicólogo, odontologista e fisioterapeuta. Garantir a facilidade de acesso a todos os exames necessários para o acompanhamento das gestantes.
- w) Apoio à lactação – Oferecer orientação sobre o aleitamento materno às lactantes e aos familiares envolvidos, assegurando que recebam informações adequadas e apoio contínuo durante o período de amamentação.
- x) Programa de Planejamento Familiar – Oferecer orientação abrangente aos casais que desejam planejar uma gravidez, incluindo a realização de palestras em escolas sobre gravidez na adolescência. Facilitar o acesso a métodos anticoncepcionais, com a disponibilização de anticoncepcionais orais e de barreira (como preservativos), além de procedimentos como implante de DIU, vasectomia e laqueadura para pacientes que tenham indicação médica.

5.12 SEGURANÇA PÚBLICA

- a) Programa de Enfrentamento às Drogas Ilícitas – O enfrentamento às drogas requer uma ação conjunta e contínua das Escolas, Polícia Militar, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, CRAS, além do apoio das famílias, igrejas e outras associações. É essencial implementar um projeto de educação permanente que envolva os membros dessas instituições, os estudantes e a sociedade em geral.
- b) Conselho Tutelar – Como um instrumento de extrema importância na proteção de nossas crianças e adolescentes, os membros do Conselho Tutelar têm a responsabilidade de manter um contato efetivo com a sociedade para a resolução de conflitos. É fundamental estabelecer um processo de educação continuada para capacitar esses membros de forma adequada.
- c) Projeto de Videomonitoramento – A Polícia Militar, em parceria com a Associação Comercial de Jarú, já instalou diversas câmeras de alta resolução para monitoramento por vídeo na cidade. No entanto, é necessário expandir o projeto para incluir novos pontos de monitoramento na cidade, além de garantir a manutenção adequada dos equipamentos já instalados.

5.13 TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

- a) A corrupção está profundamente arraigada em nossa sociedade, permeando todos os segmentos. Entretanto, a administração pública deve ser gerida com transparência e competência para atender toda a população de maneira justa, valorizando os recursos públicos e buscando excelência, conforme os princípios estabelecidos pela Constituição.
- b) Princípio da impessoalidade na administração pública – Deve-se observar rigorosamente a legislação referente à contratação de servidores e ao processo licitatório, evitando quaisquer formas de favorecimento, conluio ou trocas de favores.
- c) Transparência absoluta – A gestão pública deve ser totalmente transparente em todas as suas ações, incluindo licitações, contratação e manutenção de servidores, pagamentos, gratificações, liberação de exames e uso de veículos, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados de forma correta. É essencial promover uma transformação em todos os setores, sejam eles privados ou públicos. A verdadeira transparência depende do apoio popular, o qual só poderá ser obtido por meio da educação e de uma mudança cultural.
- d) Responsabilidade fiscal – Para uma administração eficaz, é crucial respeitar e manter disciplina na execução da Lei Orçamentária, garantindo o equilíbrio entre receitas e despesas. A administração municipal deve racionalizar suas despesas, sob pena de enfrentar cortes em transferências voluntárias e outras sanções, tanto penais quanto políticas.
- e) Controle das contas públicas – Reduzir despesas com diárias, otimizar o uso de veículos municipais e limitar os gastos com pessoal. É necessário combater a corrupção cotidiana presente na distribuição de benefícios pagos com recursos públicos, como o programa Bolsa Família.
- f) Revisão de Documentos – Realizar uma análise completa de todos os estatutos, planos, decretos e leis municipais para verificar sua conformidade com a realidade atual. Implementar as metas previamente estabelecidas que ainda não foram atingidas. Assegurar que as disposições contidas nesses documentos sejam de fácil acesso ao público. Incentivar debates com representantes comunitários, conselhos e em audiências públicas, incorporando essas discussões ao Projeto de

g) Ranking Nacional de Transparência – Trata-se de uma classificação que avalia os municípios com base na transparência em seus orçamentos e prestação de contas. É fundamental ampliar a transparência das finanças públicas, através do Portal da Transparência, facilitando o acesso às informações, algo que atualmente é deficiente e de difícil manuseio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com este plano de governo é promover a conscientização da população sobre temas cruciais para o nosso futuro, estimulando a discussão de ideias.

É fundamental que a população entenda que política não se reduz a politicagem. A política é essencial para nossa sociedade, ela é praticada diariamente por todos nós, visando o benefício coletivo. Ideias e sonhos devem ser concretizados por meio de ações e comprometimento. A política é um instrumento valioso, destinado a servir ao interesse comum.

Muitas das propostas deste plano de governo já foram debatidas e revisadas tanto pela população quanto pelos governantes. Algumas já foram aprovadas e aguardam apenas a implementação; outras estão em estágios iniciais e, por vezes, lentos, de execução.

É crucial que boas ideias permaneçam no centro das nossas discussões políticas, afastando-se de debates fúteis que envolvem interesses pessoais e conflitos infundados.

Este plano representa um incentivo para uma nova abordagem política, um **“Jarú para Todos”**, e estará sujeito a constantes atualizações conforme novas discussões com a população. Contudo, o verdadeiro poder reside nas mãos de cada cidadão de Jarú.